

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME

MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA

FILIAÇÃO

SEBASTIÃO ARGEMIRO BESSERRA

LUIZETE DE OLIVEIRA BESSERRA

DATA NASCIMENTO

07/03/1980

NATURALIDADE

CURITIBA/PR

ORGÃO EXPEDIDOR

IIPR



Marlúcia de Oliveira Besserra

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 073.006.759-99

REGISTRO GERAL 9.954.339-6

REGISTRO CIVIL

C.NASC=085746.01.55.1980.1.00023.210.0008244-20

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/08/2023

POLEGAR DIREITO



Marcus Vinicius de Costa Nichelotto
MARCUS VINICIUS DE COSTA NICHELOTTO

ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NÃO PLASTIFIQUE

CONTA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

NOME DO CLIENTE

MATRICULA

MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA

NÚMERO

1488.0240
Nº LADO - Nº FRENTE

R ARCANDELO VIGNE
CHACARA

43

CEP LOCAL

85.950-000 PALOTINA
ROTEIRO DE LEITURA

HIDRÔMETRO

CAT - RES - COM - IND - UTP - POP

190-06-22-001-22650

Y19FA0497784-4-1

016 001

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Turbidez

Cor

Cloro

Flúor

Coli. Totais

Nº Mínimo de Amostras Exigidas

45

45

45

0

45

Nº Amostras Realizadas

45

45

45

18

45

Nº Amostras que Atenderam à Legislação

45

45

45

18

45

Conclusão

Todas as amostras atenderam a legislação.

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2024	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2025	PAGO	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS
TAXA DE LIXO

PREFEITURA(R\$)
22,02

SANEPAR(R\$)

FAIXAS DE CONSUMO

VOLUME

VALOR
ÁGUA

R\$

TOTAIS

ESGOTO

RES Mínimo
De 6 a 10m³
De 11 a 15m³
De 16 a 20m³
De 21 a 30m³
Acima de 30m³

5
5
5
5
10
11

1,56
8,69
8,73
8,81
14,90

50,42
7,80
43,45
43,65
88,10
163,90

HISTÓRICO DE CONSUMO/m³

03/24	04/24	05/24	06/24	07/24	08/24	09/24	10/24	11/24	12/24	01/25
33	25	36	29	22	24	27	20	24	25	26
DIAS DE CONSUMO				LEITURA ANTERIOR		LEITURA ATUAL		CONSUMO/m³		REFERÊNCIA
31				1527		1568		41		02/2025
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA				MÉDIA DE CONSUMO/m³ ÚLTIMOS 5 MESES		24		VENCIMENTO		
08/02/2025								22/02/2025		

MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA
R ARCANGELO VIGNE, 43

CEP 85950000

PALOTINA - PR

CPF: 07300675999

84038110

Vencimento

01/08/2016

Valor a Pagar

R\$ 53,24

Tarifa Social de Energia Elétrica Criada pela Lei No. 10.438, de 26/04/2002

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública: Município 44 36497800

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0862906364 - MONOFASICO

Mes Referência: 07/2016

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medição
09/06/2016	11/07/2016	32 dias
28386	28497	111 kWh

Constante de
Multiplicação
1,00Total
Faturado
111 kWhConsumo
Médio/Dia
3,47 kWhData
Apresentação
11/07/2016

Proxima Leitura Prevista: 10/08/2016

RESIDE/RESIDENCIAL BAIXA RENDA BPC

Indicadores de Qualidade

Conjunto: PALOTINA				Mes 05/2016	Tensão Contratada
Realizado Mensal	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	127 volts
Limite Mensal	0,00 h	0,00	0,00 h	10,06	Limite faixa adequada de Tensão
Limite Trimestral	5,43 h	3,36	3,11 h		117 - 133 volts
Limite Anual	10,86 h	6,72			
	21,73 h	13,45			

Histórico de Consumo e Pagamento - Média 3 meses: 103 kWh

MES	06/16	05/16	04/16	03/16	02/16	01/16	12/15	11/15	10/15	09/15	08/15	07/16
CONS	99	95	117	105	141	124	91	104	75	79	92	102
PGTO		02/06	03/05	04/04	02/03	11/01	06/01	10/12	13/11	03/10	25/09	06/10

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 1472153 Serie B
Emitida em 11/07/2016

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Cálculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	30	0,238333	7,15	7,15	29,00%
02 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	70	0,409857	28,69	28,69	29,00%
03 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	11	0,613636	6,75	6,75	29,00%
04 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				10,65		

Base de Cálculo do ICMS: 42,59 | Valor ICMS: 12,36 | Valor Total da Nota Fiscal: 53,24

Composição dos Valores		Reservado ao Fisco
Energia	15,86	
Distribuição	8,06	
Transmissão	0,86	
Tributos	14,90	
Encargos	2,91	
TOTAL	42,59	

DFD8.3E18.FBB7.9A35.F23C.3E95.EA20.568E

INCLUSO NA FATURA PIS R\$ 0,44 E COFINS R\$ 2,10 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/07/2016 - PIS/PASEP 1,00% e COFINS 4,70%.
REVISÃO TARIFARIA: EFEITO MÉDIO 12,87% A PARTIR DE 24/06 RES. ANEEL 2096/2016
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados
a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
Períodos Band. Tarif.: Verde 10/06-11/07

TERMO DE ADESÃO - ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

MATRICULA: 14880240		
NOME DO CLIENTE: MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA		
RG: PR - 99543396	CPF/CNPJ: 00007300675999	
DATA DE NASCIMENTO: 07/03/1980	NOME DA MÃE: LUIZETE DE OLIVEIRA BESSERRA	
ENDEREÇO: R ARCANGELO VIGNE	Nº: 00043	
BAIRRO: CHACARA		
CEP: 85950000	CIDADE: PALOTINA	
TELEFONE: 0 - 0	CELULAR: 44 - 991086341	
Autoriza SMS: (X)S ()N	e-mail:	Autoriza e-mail: ()S (X)N

O cliente, acima qualificado, declara conhecer e estar de acordo com as seguintes condições:

I) Toda edificação urbana provisória ou permanente que esteja em uso e situada em logradouro público que disponha de rede pública de abastecimento ou de esgotamento sanitário, inclusive quando da existência de fontes alternativas de abastecimento de água, deverá ser ligada a ela, de acordo com o disposto no Artigo 45 da Lei Federal n. 11.445/07, Decreto Estadual n. 5.711/02, respeitadas as exigências técnicas da Sanepar, em conformidade com os Artigos 22 e 31 da Resolução 003/2020 - AGEPAR - Regulamento dos Serviços Básicos de Saneamento do Paraná ou outros instrumentos legais que venham a substituí-los.

II) A execução da ligação de água e/ou de esgotamento sanitário, pela Sanepar, não implica em reconhecimento por parte do poder público do direito de posse ou de propriedade do imóvel, conforme Artigo 30 Parágrafo 2 da Resolução 003/2020 - AGEPAR - Regulamento dos Serviços Básicos de Saneamento do Paraná ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo.

III) Declara estar ciente que, em caso de condomínio vertical, a implantação das unidades de consumo ocorrerá conforme a ocupação dos imóveis, devendo ocorrer a implantação da totalidade das unidades de consumo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir desta solicitação, nos termos do Artigo 118 Parágrafo Único da Resolução 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo.

IV) A guarda e conservação da ligação e do hidrômetro são de inteira responsabilidade do cliente e qualquer dano causado aos componentes do cavalete (tubos, conexões, registro, lacres, hidrômetro, etc.) ou, em caso de furto, os custos de regularização, bem como as demais medidas aplicáveis, ocorrerão às expensas do cliente. Caso seja apresentado o Boletim de Ocorrência, não haverá cobrança pelo serviço de recomposição dos componentes.

V) É vedada a ligação de águas pluviais ou resultantes de drenagem, a rede coletora de esgotos sanitários da Sanepar conforme Decreto Estadual n. 5.711/02 e Artigo 160 da Resolução 003/2020 - AGEPAR ou outros instrumentos legais que venham a substituí-los.

VI) É vedada a utilização de poços rasos escavados (fossas), para disposição de efluentes de esgotos domésticos ou industriais, conforme Decreto Estadual de n. 5.711/02 ou outro instrumento legal que venha a substituí-lo.

VII) Toda ligacao irregular de esgoto sanitario em galeria de aguas pluviais, devera ser desconectada e ligada a rede coletora de esgotos, nos termos do Decreto Estadual n. 5.711/02 ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

VIII) De acordo com o item IV do Artigo 10 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR, ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo, e vedado o uso de dispositivos na instalacao predial de agua, como bombas de sucção, eliminadores de ar, que de qualquer modo prejudique o sistema de abastecimento de agua, segundo determina tambem o Decreto Estadual n. 953/2007, em seus Artigos 1 e 2.

IX) Os danos causados pela intervencao indevida do cliente nas redes publicas e no ramal predial de agua e/ou esgoto serao reparados pela Sanepar, as expensas do cliente, sem prejuizo as penalidades previstas em Lei, conforme Artigo 47 Paragrafo 2 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

X) O cliente, assim que constatar rompimento ou violacao dos lacres, do padrao de ligacao de agua ou do hidrometro, devera informar a Sanepar, sob pena de ser responsabilizado nos termos do Capitulo 14 e Artigo 100 Paragrafo 2 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XI) E de responsabilidade do usuario, a adequacao tecnica, a manutencao e a seguranca das instalacoes prediais internas da unidade de consumo, situadas apos ponto de entrega de agua e antes do ponto de coleta de esgoto, conforme determina o Artigo 9 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo, sendo do cliente a total responsabilidade pela correta reservacao e conservacao do produto.

XII) Deve garantir o livre acesso, sendo vedado impedir o ingresso, inclusive com obstaculos, a medicao do consumo, a remocao do hidrometro ou do padrao de ligacao, conforme Artigo 14 e Artigo 101 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XIII) Caso impeca o livre acesso, apos 3 (tres) ciclos de faturamento consecutivos, a Sanepar podera, sem prejuizo ao disposto no item II do Artigo 142, arbitrar consumos para o ciclo de faturamento, nos termos do Artigo 103 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XIV) Toda unidade de consumo devera contar com reservatorio predial de agua com capacidade de, no minimo 500(quinhentos) litros, sendo que o volume total de agua a ser reservado para uso domestico deve ser o necessario para 24 (vinte e quatro) horas de consumo em condicoes normais na edificacao, conforme padrao estabelecido pela Associacao Brasileira de Normas Tecnicas -ABNT NBR 5626, Artigos 186, 187 e 188 do Decreto Estadual n.5711/2002, e Artigo 27 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outros instrumentos legais que venham a substitui-los.

XV) O cliente e responsavel pela limpeza e desinfeccao previa da instalacao de agua e do reservatorio predial com uma periodicidade minima de 06 (seis) meses, conforme Artigo 27 Paragrafo 1 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XVI) Observada a pressao minima exigida, quando nao for possivel o abastecimento direto de imoveis ligados a rede publica, o cliente se responsabilizara pela construcao, operacao e manutencao do reservatorio inferior ou cisterna e dos equipamentos necessarios a viabilizar o seu consumo de agua, obedecidas as especificacoes tecnicas do prestador de servicos e da ABNT, conforme Artigo 27 Paragrafo 2 e 3 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XVII) Efetuar o pagamento mensal pelo servico de abastecimento de agua e/ou de esgotamento sanitario ate a data de vencimento da respectiva conta, de acordo

com as tarifas vigentes conforme estabelecido no Artigo 30 Paragrafo 1, inciso III da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XVIII) A conta nao quitada ate a data do seu vencimento sofrera acrescimo de juros de mora de 0,033% (zero virgula zero trinta e tres por cento) por dia de atraso ate a data de pagamento, sem prejuizo da atualizacao monetaria com base na variacao do Indice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro indice que o substitua e da aplicacao de multa de 2% (dois por cento), conforme Artigo 125 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR. Duvidas eventuais sobre a conta nao serao aceitas como motivos de suspensao do pagamento, devendo ser discutidas e acordadas em processo especifico, que concluire pelo pagamento ou restituicao da diferenca apurada. A conta nao quitada ate o 10 (decimo) dia apos o vencimento, facultara a Sanepar a inscricao do cliente no Cadastro Informativo Estadual - CADIN, conforme Lei Estadual n. 18.466/2015. O cliente com debitos em atraso podera ter seu nome registrado nas instituicoes de protecao ao credito e ter a divida protestada e/ou executada judicialmente, conforme Artigo 149 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XIX) Responsabiliza-se pela manutencao dos seus dados cadastrais atualizados. Em caso de mudanca de endereco, devera comunicar a Sanepar, para atualizacao cadastral.

XX) Quando nao desejar mais ter a ligacao de agua e/ou esgoto, o cliente devera solicitar a interrupcao, efetuando o pagamento do servico de interrupcao das contas vencidas, a vencer e do consumo residual.

XXI) A extincao do Termo de Adesao, por solicitacao do cliente ou por iniciativa da Sanepar, nao exime o cliente da obrigacao de adimplir com os debitos pendentes, oriundos da prestacao de servicos e de outros encargos decorrentes de descumprimento de obrigacoes acessorias que possam se converter em pecunia, conforme Artigo 68 Paragrafos 1 e 3 da Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento legal que venha a substitui-lo.

XXII) O sistema de abastecimento e esgotamento sanitario da Sanepar segue os padroes estabelecidos pela ABNT NBR 12218.

XXIII) As condicoes que regem a prestacao dos servicos pela Sanepar estao expressas na Resolucao 003/2020 - AGEPAR ou outro instrumento que venha a substitui-lo e demais legislacoes aplicaveis aos servicos prestados pela Sanepar, disponiveis no site www.sanepar.com.br.

XXIV) Declara ter ciencia e autoriza a Sanepar manter e tratar os dados pessoais, sensiveis ou nao, para fins de prestacao servicos de saneamento e proceder as medidas legais, judiciais, extrajudiciais e acoes de politicas de interesse publico, para o cumprimento das obrigacoes legais e contratuais nos termos da Lei 13.709/2018.

XXV) Autoriza que os valores referentes a religacao e a padronizacao da ligacao, se houver, e outros servicos que venha a solicitar futuramente, sejam lancados na conta mensal.

XXVI) Por conhecer e estar de acordo com as clausulas constantes neste Termo de Adesao, assino o presente documento em 02 (duas) vias.

PALOTINA

Registrado por: SANDRA SANTOS SOARES, 13/09/23

Solicitado por: _____

RG: _____

CPF: _____

Funcional: S018752

Assinatura do Solicitante: _____

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DECLARANTE:

NOME: MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
ESTADO CIVIL: DIVORCIADA	
PROFISSÃO: BENEFICIÁRIA	
RG:9.954.339-6 SESP/PR	CPF: 073.006.759-99
ENDEREÇO: RUA ARCANGELO VIGNE, Nº43, PROJETO MORADIA, PALOTINA/PR, CEP: 85950-000	
TELEFONE: (44)99773-0356 (44)99937-3323	

DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que minha renda familiar é de até 05 (cinco) salários mínimos, conforme art. 1º do Provimento 02/2022 do Moradia Legal e que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, Lei nº 1.060/1950 (Estabelece normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados) e art. 98 e seguintes da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Palotina - PR, 15 de setembro de 2025

DECLARANTE

MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA

X *Marlucia de Oliveira Beserra*

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

NOME: MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	
ESTADO CIVIL: DIVORCIADA	
PROFISSÃO: BENEFICIÁRIA	
RG: 9.954.339-6 SESP/PR	CPF: 073.006.759-99
ENDEREÇO: RUA ARCANGELO VIGNE, Nº43, PROJETO MORADIA, PALOTINA/PR, CEP: 85950-000	
TELEFONE: (44)99773-0356 (44)99937-3323	

OUTORGADOS: CARLOS EDUARDO VALENTIN WARKEN regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná sob o nº 122.617, ambos representantes da sociedade de advogados.

PODERES: Concedendo-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato para o foro em geral, com cláusula "Ad Judicia", atuar em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outas, até decisão final, valendo-se de recursos legais, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, conferindo-lhes ainda os especiais poderes para receber intimações, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber valores e/ou levantar Requisição de Pequeno Valor e/ou Alvarás, dar quitação, firmar compromisso, pedir gratuidade da justiça, solicitar documentos e/ou cópias, solicitar cópia e acompanhar processos administrativos em qualquer repartição pública, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para o especial fim de promover a regularização do(s) imóvel(eis) em nome do outorgante, através do Programa Moradia Legal.

Palotina - PR, 15 de setembro de 2025

OUTORGANTE

MARLUCIA DE OLIVEIRA BESERRA

X *Marlucia de Oliveira Beserra*